

SOCIEDADE CIVIL E SOBERANIA ALIMENTAR: DESAFIOS DA REDE DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA GUINÉ-BISSAU (RESSAN-GB)¹

Aila António Gomes²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender os desafios enfrentados pela Rede de Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) no fortalecimento da segurança alimentar entre 2008-2018. A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi baseada em métodos qualitativos, sobretudo o estudo de caso e levantamento bibliográfico. Percebe-se que a atuação da RESSAN-GB, implantada em 2008, contribuiu para a melhoria do país, mas existe a necessidade de ampliar a produção de alimentos, pois ainda há a necessidade de importar alimentos devido a pouca produção nacional. Assim as articulações da RESSAN-GB com outras redes tem contribuído para a melhoria de trabalho através de troca de experiência entre as redes, tais como Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (RESSAN-CPLP) e Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (RESSAN-PALOP).

Palavras-chaves: Rede de Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau - Estudo de casos. Segurança alimentar - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article aims to understand the challenges faced by the Guinea-Bissau Food and Nutrition Sovereignty Network (RESSAN-GB) in strengthening food security between 2008-2018. The methodology used to perform the work was based on qualitative methods, especially the case study and bibliographic survey. It is noticed that, the performance of RESSAN-GB, implemented in 2008, has contributed to the improvement of the country, but there is a need to expand food production, because there is still a need to import food due to little national production. Thus, the articulations of RESSAN-GB with other networks have contributed to the improvement of work through the exchange of experience between the networks, such as the Sovereignty Food, Security and Nutrition Network in the Community of Portuguese Language Speaking Countries (RESSAN-CPLP) and Sovereignty Food, Security and Nutrition Network of African Portuguese Speaking Countries (RESSAN-PALOP).

Keywords: Food security - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau Food and Nutrition Sovereignty Network - Case studies.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Bacharel em Humanidades e formando no bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

1 INTRODUÇÃO

A república da Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné-Conacri ao sul e ao leste e com oceano atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilômetros quadrado de área, com a população de 1.610.746 milhão. Administrativamente o país está dividido em oito (8) regiões, e um setor autônomo. As regiões são: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e setor autônomo de Bissau, a capital. As regiões por sua vez subdividem em 36 setores e estes em seções, compostos por governos regionais para responder às demandas das populações.

A Guiné-Bissau apresenta nos últimos 10 anos uma fraca produção agrícola, por outro lado a situação de insegurança alimentar do país na maioria das vezes é causada por falta de políticas públicas dos governos para combater a fome e a instabilidade política, visto que durante todo o período pós-independência não teve um governo consolidado para governar o país.

De acordo com o Ministério da Agricultura (2012), 80% da população que se dedica à agricultura produz principalmente arroz e caju neste caso, a produção do arroz é direcionada ao consumo local, enquanto que a produção de castanha de caju é voltada para exportação. A maioria dos agricultores não produz a quantidade suficiente de arroz para alimentar as suas famílias, sendo este um dos principais alimentos importados pelo país. E a mão de obra feminina na Guiné-Bissau representa 45% enquanto a mão de obra masculina representa 55%. Com percentagem menor do que dos homens, as mulheres desempenham um papel muito fundamental na sociedade guineense, através das atividades informais as mulheres conseguem manter a vida da família em boa condição, os mercados do país são dominados por mulheres.

A atividade agrícola continua sendo a mais importante fonte de renda (e de alimentos) para a maioria das unidades familiares rurais. Uma característica importante das iniciativas que promovem a produção agroalimentar é a de que elas possibilitam enfrentar, em simultâneo, tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda a essas famílias, como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito regional e nacional. (MALUF, MENEZES, 2000, p.15).

O papel das mulheres na agricultura, e em especial na agricultura familiar, é fundamental. Se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, poderiam aumentar o rendimento das suas explorações em 20%-30%. A lei reconhece direitos iguais a homens e mulheres, mas, na realidade persistem práticas e costumes que limitam o acesso igualitário à terra para as mulheres (FAO,2013).

O presente artigo mostra a preocupação da segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar na Guiné-Bissau, mostrando as consequências negativas e positivas relacionadas com as redes da sociedade civil³ para a soberania e segurança alimentar e nutricional. A principal rede pesquisada é a RESSAN-GB, que se articula com a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP) e a Rede de soberania e segurança alimentar nutricional nos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (RESSAN-PALOP), que atuam na área específica ligada à segurança alimentar e à soberania alimentar no país.

Por outro lado o mecanismo de concertação e articulação para a execução de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, visa contribuir ativamente nos processos de planeamento, execução, seguimento e avaliação da Estratégia e do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e contribuir para a melhoria da eficiência e eficácia do programa junto das populações alvo, através da coordenação, articulação, seguimento e avaliação das atividades nos diferentes níveis de execução (RESSAN-GB, 2013).

Segundo união europeia (2016) define que:

A sociedade civil guineense é composta por um grupo bastante heterogêneo de instituições, agrupamentos ou pessoas. No plano funcional, encontram-se as entidades filantrópicas, reivindicantes e/ou fiscalizadoras da coisa pública, como as entidades sindicais, socioprofissionais, instituições religiosas e os meios de comunicação social (UE, 2016, 03).

O presente trabalho tem por objetivo compreender os desafios enfrentados pela rede de soberania alimentar e nutricional da Guiné-Bissau no fortalecimento da segurança alimentar. O artigo se aproximará entre os anos de 2008 e 2018, por serem dez anos de existência da rede e 2008 ter sido o ano de criação da RESSAN-GB. A rede foi criada em 2008, por motivo de falta de aderência das organizações da sociedade cível ligado a segurança alimentar e nutricional no país.

O artigo se vale de uma metodologia qualitativa e os dados foram coletados através de levantamentos bibliográficos como teses, artigos, monografias, pesquisa em sites acadêmicos. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser

³ O (...) núcleo central [da sociedade civil] é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas... (Habermas, 2003, p. 99 apud ABERS e BÜLOW, 2011, p. 56).

quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32).

Pesquisa é construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas. É um trabalho de produção de conhecimento sistemático, não meramente repetitivo, mas produtivo, que faz avançar a área de conhecimento a qual se dedica (GOLDENBERG, 1997 p.105). Especificamente neste artigo utiliza-se o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN 2005, p. 32 apud FREITAS e JABBOUR, 2011, p.11).

Tendo em conta o anterior se apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: quais são os desafios da sociedade civil, especificamente da RESSAN-GB, em relação à soberania alimentar e segurança alimentar na Guiné-Bissau? A sociedade civil guineense, a exemplo da RESSAN-GB, está desempenhando um papel muito importante na área de soberania alimentar e segurança alimentar, promovendo trabalhos e encontros com os agricultores em diferentes zonas do país, pensando nas necessidades de cada um e priorizar os grupos mais vulneráveis. E pensar nas estratégias que podem melhorar as condições das pessoas que se encontram numa situação de subalimentação, o que não é uma tarefa fácil e que exige um financiamento básico para poder resolver as demandas básicas no sentido da estabilidade que garante a segurança alimentar e soberania alimentar.

O artigo divide-se em três (3) partes. A primeira apresenta a relação entre a segurança alimentar e soberania alimentar. Na segunda parte, abordaremos como as redes locais têm se articulado com as redes de soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) e a comunidade dos países da língua portuguesa (CPLP) e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e finalmente, as considerações finais.

2 RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR

O conceito do termo segurança alimentar é percebido depois de I Guerra mundial que tem o início na Europa. A vivência da I Guerra possibilitou com que os países reparassem que um país pode usar os alimentos como estratégia para enfraquecer o adversário controlando a sua fonte de alimentos. Mediante esse cenário, a alimentação passa a ser uma ferramenta estratégica de “poder” que controla as pequenas potências, e não só, como os meios de trabalhar para produzir em grande escala para o seu território. De acordo com Maluf e Menezes (2000), os problemas e estratégias enfrentados na I Guerra mundial que implicou na origem do

surgimento da palavra “segurança alimentar” nacional para cada país; indicando assim que é essencial na estrutura de planos estratégicos de alimentação e juntando conteúdo mostrando que a soberania alimentar de cada Estado depende da sua força local de produção de alimentos como um ator soberano.

Segundo a FAO (1996) numa declaração em Roma sobre segurança alimentar mundial afirma que para ter “segurança alimentar somente é possível quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã”. No decorrer da conferência sobre o conceito de segurança alimentar, fez-se com que os Estados de cada País criem condições para dar o:

Direito à alimentação e dos direitos dos trabalhadores e das famílias do campo, o protetor da produção interna de alimentos e o regulador da economia, já que, desde este enfoque, a conquista do direito à alimentação depende da capacidade de produção da agricultura familiar campesina e indígena no interior dos Estados. Nesta proposta, é fundamental que o Estado estabeleça políticas de restituição e reivindicação dos direitos sociais da população que habita a zona rural, faça investimento público para o fortalecimento da produção de pequena escala e controle a oferta dos alimentos para que os preços estejam vinculados aos custos de produção, evite o dumping e priorize os mercados locais e nacionais (CATAÑO HOYOS; D´AGOSTINI, 2017 p.189)

Em virtudes de aliança através de acordos no programa internacional e regional de grupos dos países que trabalham para um plano estratégico nacional de segurança alimentar e nutricional com compromissos acertados. Na cimeira mundial da alimentação de 1996 “definiu o célebre objetivo de “reduzir pela metade o número de pessoas desnutridas até 2015”, estabeleceu também um Plano de Ação para o atingir” (PINTO, 2008, p.22).

MALUF e MENEZES (2000) referem-se a três pontos importantes que dizem respeito à segurança alimentar, que são: respeito à qualidade dos alimentos e sua sanidade, respeito aos hábitos e à cultura alimentar e, por último, a sustentabilidade do sistema alimentar. O primeiro ponto refere-se à qualidade dos alimentos e sua sanidade, é uma obrigação transmitir às pessoas alimentos num bom estado, limpos e de boa qualidade nutricional, ou seja, que não contribui para o mal-estar da saúde humana. As duas abordagens são de grande relevância no mundo que ajuda nutricionalmente na nossa dieta alimentar, livra-nos de intoxicação dos alimentos com produtos químicos, e com trabalhos agrícolas tecnológicos que não prejudicam a saúde humana.

Segundo ponto está inerente ao respeito aos hábitos e à cultura alimentar, permite pensar a questão histórica e cultural de cada povo e regiões que estão ligadas com os hábitos alimentares que vem de geração a geração. Há comunidades em regiões onde as práticas alimentares são diferentes assim como os modos de fazer a comida e de comer. Vale a pena

respeitar as nossas diversidades e proteger o nosso patrimônio, nossas heranças culturais que são transmitidas entre familiares e que estão ligados à ideologia tradicional e histórica. Por outro lado, não significa que essa cultura alimentar garante a boa comida, nutritiva e agradável.

Por fim, o terceiro ponto refere-se à sustentabilidade do sistema alimentar, onde nos diz que a segurança alimentar não deriva somente de uma entidade de uma forma que estabelece a garantia de tal, imediatamente, estabelecimento de produção, partilha e uso de alimentos em abundância e em boa condição, porém o que não prejudica no futuro a qualidade de produção assim como na partilha e no uso dos alimentos (MALUF e MENEZES, 2000).

No que tange ao trabalho de Estado em ligação com a ideia de segurança alimentar mostra que:

Em relação ao papel do Estado, a proposta de Segurança Alimentar defende um Estado que se encarregue de prover aqueles serviços que o mercado não tem interesse de fornecer, que formule políticas focais para grupos populacionais específicos, assim como programas sociais somente em caso de emergências ou situações transitórias; um Estado que garanta a liberdade total do mercado, em que a concorrência seja o meio de organização e regulação (CATAÑO HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p.189).

Segundo (FAO, 1996), na declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira da alimentação mostra que é uma obrigação que:

Cada país deverá adotar uma estratégia segundo os seus recursos e capacidades, para alcançar os próprios objetivos e ao mesmo tempo cooperar, no plano regional e internacional, e também, na organização de soluções coletivas dos problemas mundiais de segurança alimentar. Num mundo de instituições, sociedades e economias cada vez mais ligadas; é imprescindível coordenar os esforços e compartilhar as responsabilidades (FAO, 199).

A fome já foi, e continua a ser, a preocupação no cenário mundial onde está enfrentando conjuntamente com os Estados “passou a ter maior destaque no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, principalmente no contexto europeu, em que diversos países tiveram suas economias profundamente afetadas pelos combates” (SILVA, 2014, p.8).

Lembrando que a primeira missão de FAO em cimeira em Roma de 1996, é criar um clima favorável no cenário político, social e económico que combinam com melhores condições na luta, arrancando o sofrimento contra a pobreza e garantir uma paz perene ou permanente, pensando em gênero na busca de um plano que favorece a mulher e homem no sentido igualitário, é só assim que podemos garantir a segurança alimentar para o bem comum: que agrada um clima favorável, político, social e econômico adequado que promete criar um ambiente no âmbito afim de “erradicar a pobreza e para uma paz duradoura, baseada numa

participação plena e igualitária de homens e mulheres, que favoreça ao máximo a realização de uma segurança alimentar sustentável para todos” (FAO,1996).

Enquanto que, a ideia de soberania alimentar apareceu pela primeira vez numa conferência “sobre segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação” em Roma no ano de 1996. Nesta cimeira, pela primeira vez, surgiu o conceito de soberania alimentar pensado por “via campesina”⁴, apareceu em oposição a ideologia de segurança alimentar protegida pelas organizações, no caso, FAO e ONGs internacionais, de acordo com produção dos alimentos cada Estado ou País cada uma tem a obrigação de trabalhar suficientemente para ter capacidade de produzir os alimentos básicos suficientes para que estejam disponíveis e não faltem nas comunidades. Já por outro lado, o conceito de soberania alimentar esboça que a paridade é muito fundamental para a qualidade de alimentos que são produzidos no campo da lavoura, de que maneira é trabalhado e em que natureza. O termo de soberania alimentar engloba também a segurança alimentar “uma vez que discute também quantidades básicas de alimentos per capita, mas a transcende, pois debate as condições de produção, e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos” (DESMARAIS, 2007 apud VIEIRA, 2008, n.p).

De acordo com o movimento internacional dos camponeses define a soberania alimentar como um:

direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos através de métodos sustentáveis e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Desenvolve um modelo de produção sustentável em pequena escala, beneficiando as comunidades e seu meio ambiente. A soberania alimentar prioriza a produção e o consumo de alimentos locais, dando a um país o direito de proteger seus produtores locais de importações baratas e controlar sua produção” (LA VIA CAMPESINA, 2007).

Como podemos ver na DECLARAÇÃO DE FORUM NYÉLÉNY- Fórum Mundial pela Soberania Alimentar em 2007, esclarece que:

a soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade,

⁴ “A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres e jovens rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Construída sobre um forte sentido de unidade, solidariedade entre esses grupos, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça e a dignidade social e se opõe fortemente à agricultura corporativa que destrói as relações sociais e a natureza”. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>>. Acesso em: 16 Ago 2019.

estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações (NYÉLÉNY, 2007, s/p.).

As ideias de segurança alimentar e soberania alimentar obrigam de uma forma diferente, no meio político e económico para poder entender os seus estudos e o seu resultado que o problema “Estas condições prévias encontram-se associadas a critérios orientadores das ações promovidas por cada uma das propostas para garantir, desde sua interpretação, também diferenciada, o direito a estar protegido contra a fome” (CATAÑO HOYOS; D’AGOSTINI, 2017 p.189)

Cataño Hoyos e D’Agostini (2017), para caracterizar a finalidade entre segurança alimentar e soberania alimentar tem como foco resolver os problemas da fome, pobreza, e preconceito contra as mulheres e, ainda, criticar a questão de gênero nas políticas e estratégias. Entre os dois acreditam que para acabar com o preconceito contra as mulheres, é necessário que haja um estudo para que estas sejam incluídas, assim como todos os grupos familiares para que tenham acesso à segurança alimentar e nutricional.

As ideias de segurança alimentar e Soberania alimentar partilham o estabelecimento político que acompanham suas confianças no trabalho. As duas ideias dividem em requisito mostrando que a gestão de fome no mundo pode ser acabada e mostrando alguns mecanismos para o seu trabalho como: dar o mérito a importância das mulheres no campo; partilha uso dos alimentos; o mérito e o conhecimento da qualidade dos trabalhos dos produtores; dos grupos populares e dos trabalhadores sem-terra; defesa do meio ambiente. Ainda enfatizam como os membros que vão trabalhar seus planos estratégicos conforme o seu objetivo que é garantir a estabilidade nas sociedades e em que o produto alimentar não vai servir como estratégia política dos políticos contra a sociedade (CATAÑO HOYOS e D’AGOSTINI, 2017).

A relação entre soberania alimentar e segurança alimentar em termos de plano de trabalho, motivam mais grupos locais no trabalho e na produção, organização dos grupos na região e suas estratégias agroalimentar, a tradição de trabalho em grupo e a criação social e culturas comuns de grupos pequenos como agricultores e pescadores, trabalhos familiares e participação das comunidades. Enquanto a segurança alimentar cria os meios que reúnem as comunidades internacionais de trabalhadores e partilha dos alimentos, já com atividade de organização, como os trabalhadores, além disso, contribui na construção de organização como os financiamentos que auxilia os agricultores e pescadores, mas com objetivos diversos (CATAÑO HOYOS e D’AGOSTINI, 2017).

3 ARTICULAÇÃO DAS REDES LOCAIS COM A RESSAN-GB E A CPLP-PALOP

A rede da sociedade civil para a soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB), tem trabalhado no âmbito local de acordo com o seu estatuto no (artigo 2º) que estabelece pontos focais em todas as Regiões e Setores administrativos, com o papel de desenvolver atividades que concorram para o alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional no quadro do acordado pelos seus membros, na modalidade que melhor convier aos interesses da Rede, a ser provada pela Assembleia Geral, mediante a proposta da Coordenação Nacional.

A RESSAN-GB hoje conta com 59 elementos em todo país como podem ver no quadro abaixo:

ORGANIZAÇÃO	REGIÃO	LOCAL	Nº DE MEMBROS NA REGIÃO
ASAS DE SOCORRO	SAB	ANTULA	14
MERSBODJAR	BIOMBO	QUINHAMEL	4
COAJQ	CACHEU	CANTCHUNGO	8
ADPP	OIO	BISSORÃ	4
DIVUTEC	BAFATA	BAFATA	7
ASTECAP	GABU	GABU	5
ENEAPROMA	QUINARA	BUBA	2
EAPP	TOMBALI	CATIO	9
ADIM	BOLAMA BIJAGÓS	BUBAQUE	3
TOTAL			59

Fonte: RESSAN-GB, 2018, p. 3.

A RESSAN-GB (2016) apresenta um dos grandes compromissos a nível nacional que hoje é fortalecer o mecanismo de trabalho e a sua forma de trabalho separadamente, em promover ações de redes nacionais e contribuir na formação que é preciso, de acordo com as necessidades da zona onde os grupos membros nacionais podem trabalhar de uma maneira mais atenta, ajudando o crescimento e o desenvolvimento da rede da localidade que alimenta a soberania e segurança alimentar e nutricional no país.

O plano estratégico da Guiné-Bissau prevê que de 2015 a 2020 acarrete um progresso nas redes agrícolas para garantir a independência alimentar, onde foram elaborados planos para diferentes setores de cada região como plantio de arroz, caju, criação de animais e horticultura. “Para as apoiar três programas transversais e complementares serão implementados, a saber: i) reforma e fortalecimento institucional do setor agrícolas; ii) gestão sustentável dos ecossistemas agro-pastoris e; iii) reforço do dispositivo de apoio ao setor agrícola” (ACÇÕES COMUNITARIAS TERRITORIAIS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA, 2016 p.12).

Por exemplo, atuação de ações Comunitárias Territoriais Integradas de Valorização Agrícola (UE-ACTIVA), com base nos planos estratégicos da RESSAN-GB, em três regiões do país que são: Quinara, Tombali e Bafatá, com os planos de desenvolvimento agrícola regionais. Em cada região tiveram dois momentos de intervenção, sendo o primeiro em programa de rádio nas estações locais com uma linha aberta para perguntas e comentários, e para apresentar o nosso trabalho. O segundo foi um encontro com os atores locais para recolha de informação adicional e validação do diagnóstico anterior, e também nos foi possível consertar possíveis formas de apoiar a dinamização de reuniões periódicas dos gabinetes de planificação regionais e promover a apropriação dos trabalhos realizados nas respetivas regiões.

Na região de quinara no decorrer de diagnóstico encontraram grandes dificuldades, principalmente dos moradores assim como dos agricultores. Culturalmente na Guiné-Bissau as atividades agrícolas são muito importantes para o sustento familiar, a prática agrícola é uma cultura em toda região do país, na maioria das casas das comunidades da região encontram-se pequenos quintais atrás ou ao lado das casas; “os quintais são cultivados por praticamente todas as “moranças”, havendo recentemente uma expansão da horticultura feminina neste caso para vender nos grandes centros urbanos, mas mais para o complemento financeiro familiar”(UE-ACTIVA, 2016, p.27).

De acordo com o mesmo diagnóstico de quinara (2016), as organizações da sociedade civil estão desempenhando um papel importante na região de Quinara onde os conjuntos dessas organizações estão contribuindo em benefício dos agricultores ajudando em formação, equipamento, partilha das sementes e na manutenção das bolanhas⁵. E, também, referenciando pontos positivos da região de Quinara que são: existência de um Plano de Desenvolvimento Regional, embora a carecer de revisão; bom funcionamento da Delegacia Regional do Plano,

⁵ “Bolanhas = São terrenos destinados à prática da orizicultura este nome serve para bas fond e mangrove” (EU-ACTIVA, 2016, p.06)

que tem inclusive um plano de atividades; boa implantação da DRA na região; bom relacionamento entre atores da região; etc. E, por outro lado, os pontos negativos que a região de Quinara apresenta estão inerentes à fraca capacidade da administração do setor para gerarem receitas próprias; fraca capacidade da DRA para gerar receitas próprias; fraca capacidade de acesso a fundos por parte das OSC; elevada dependência de projetos para a realização de atividades (fator transversal a todos os atores).

Enquanto que na região de Bafata, a renda tem base no trabalho agrícola dominado por “familiar”, de número pequeno de ganho econômico. A agricultura na região é muito importante para a população local que depende muito das atividades agrícolas para sustento familiar. Por outro lado, além disso, a força de atividade feminina na agricultura é muito fundamental que segura a família no trabalho, tanto no campo e na venda dos produtos (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2017)

A contribuição das mulheres para economia do país é muito louvável de acordo com o trabalho desenvolvido no campo agrícola, por outro lado, as mulheres são as responsáveis da casa que prepara as refeições e cuida do estado nutritivo da família, além disso, as mulheres se destacam no setor informal muito bem, tanto nas zonas urbanas e rurais especialmente no comércio. Nas tabancas⁶ rurais em diferentes grupos étnicos, as mulheres têm sempre separadamente as atividades com os homens, a responsabilidade dos homens é trabalho de grande escala, enquanto as mulheres se responsabilizam mais pela agricultura de pequena escala, contribuir para alimentação familiar.

A atividade agrícola desempenha grande papel para segurança alimentar e nutricional na região de Bafata. As pessoas da região dependem muito de agricultura para sobrevivência e de rendimentos econômico. É por isso que é muito importante pensar em desenvolvimento da agricultura nas regiões em que pode diminuir a pobreza e sofrimento das pessoas, desde já que as famílias dessas regiões dependem muito de atividades agrícolas. A população da região de Bafata 75,5% vive na pobreza total com dois (2) dólares por dia e 33.4% estão na pobreza extrema chegando a viver com um (1) dólares por dia. A zona rural na maioria das vezes sofre por falta de verbas para o desenvolvimento agrícola, falta de estratégias de acordo com a necessidades da população local, mercado local fraco devido a baixa produção alimentar (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017).

⁶ área sociocultural e econômico, prejudicando através de tradições e crenças que guiam as suas formas de estar na sociedade (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2017).

O diagnóstico da região de Bafata apresenta três (3) inquéritos durante a pesquisa que ajudaria para o crescimento agro econômico da região que são:

- i) os principais produtos estratégicos com potencial para aumentar e diversificar a produção agroalimentar e assim, fazer face às necessidades nutricionais das regiões alvo e do país; ii) caracterização das cadeias de valor estratégicas, orientadas para as necessidades do mercado e valorizadoras do empreendedorismo rural e dos produtos agrícolas nacionais; iii) principais circuitos comerciais atuais para escoar produtos das regiões alvo e sugestão de novos circuitos/circuitos alternativos, permitindo assim ter a perceção da disponibilização e do acesso aos principais produtos base de alimentação assim como da vulnerabilidade a que estão expostas as populações residentes das regiões alvo (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2017, p.13)

De acordo com MINISTÉRIO DE AGRICULTURA (2017), com a relação à rede de soberania e segurança alimentar e nutricional da (RESSAN-GB), trabalho no domínio de atuação que ajuda no âmbito de promover as organizações da sociedade civil guineense que pode trabalhar para o melhoramento na estruturação de plano de realização de políticas de segurança alimentar e nutricional.

E, na região de Tombali o diagnóstico apresenta a principal atividade o rizicultura de água salgada. Também produzem (Npam-pam⁷ e bas-fond⁸) mancarra (amendoim), mandioca e feijão.

Mas com as dificuldades encontradas no país com as crises políticas⁹ que contribuíram na falta de mobilização financeira para execução de trabalhos e projeto, daí neste contexto, apareceu o apoio muito importante da sociedade civil, no caso, as organizações das sociedades civil da região em busca de melhoramento da região e pensar estratégias para o desenvolvimento como o apoio de organizações da sociedade civil, no sentido de trabalho no domínio de atuação que ajuda no âmbito de promover ações das organizações da sociedade civil guineense, que podem trabalhar para o melhoramento na estruturação de plano de realização de políticas de segurança alimentar e nutricional e entre outros .

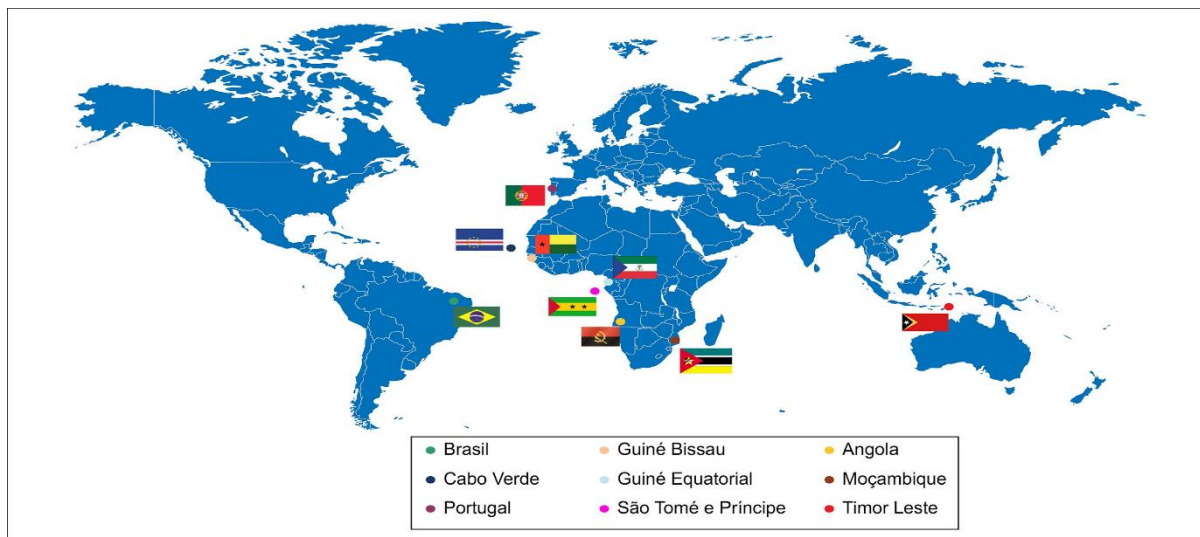
A RESSAN-GB faz parte de outras redes internacionais como por exemplo, da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade de Países da Língua Portuguesa (REDSAN-CPLP). Esta rede “é um espaço de articulação de cerca de 150 organizações da sociedade civil dos países de língua portuguesa que trabalham em conjunto no

⁷ É uma parte de terra de planalto onde se pratica a cultura de arroz (também chamado arroz de planalto), assim como outras culturas, tais como a mandioca, batata-doce, inhame, fundo, milho bacil, milho preto, sorgo etc (UE-ACTIVA, 2016, p06)

⁸ É zona de depressão numa lala. Quando inundada pela água da chuva ou pelas motobombas é apta para prática da lavoura de arroz da água doce (UE-ACTIVA, 2016, p.06)

⁹ Desde 2009 que alastrou até 2012 com um golpe militar de 2012, que parou o rumo do país na altura.

sentido de influenciar a agenda política para a Segurança Alimentar e Nutricional com base na perspectiva do Direito Humano à Alimentação e da Soberania Alimentar”.



Fonte: NASCIMENTO (2018)

Sempre busca a sua expansão e sua presença definidas ao nível nacional e regional, e as suas estratégias de segurança alimentar e nutricional da comunidade dos países da língua portuguesa (ESAN-CPLP), por exemplo, compartilhar o conhecimento e ação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau e outras redes com intenção de promover debates sobre avanços para o desenvolvimento da agricultura com dimensão nas instituições privadas para executar a estratégia de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2013).

De mesma maneira, com as presenças dos conjuntos dos atores participando, principalmente as organizações da sociedade civil e o setor privado não governamental, que fortalece já na ligação com experiência de uma forma que está atuando a nível local, nacional e regional. Isso já serve como o modelo, mostrando que as redes locais da sociedade civil. “Estas, por sua vez, devem articular-se com o Fórum da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional, que, formalmente, organiza a participação da sociedade civil no Comitê Mundial de Segurança Alimentar” (CPLP, 2011, p.15)

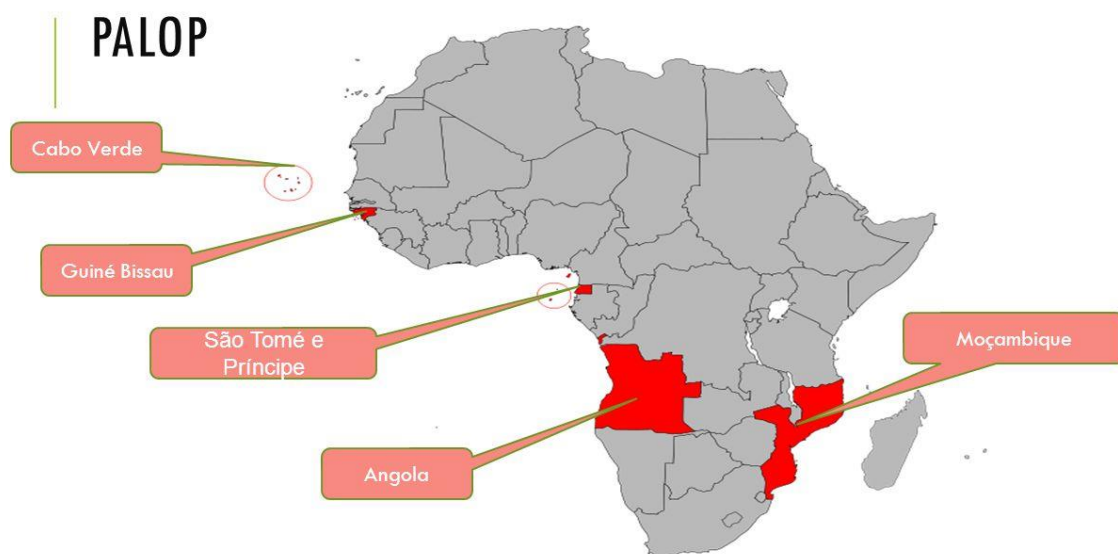
A estratégia de segurança alimentar e nutricional da (CPLP) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional se baseia em dois (2) pontos para discussão em dois níveis que são: níveis nacional e regional. Em nível nacional a debate é:

Identificar as ações prioritárias para melhoria quantitativa e qualitativa de dados relativos aos produtores familiares em cada país e na CPLP (em língua portuguesa);
o Identificar os determinantes políticos e as soluções técnicas pragmáticas mais adequadas para uma evolução institucional em linha e nos prazos recomendados pelo

CONSAN, incluindo a identificação do potencial distanciamento entre o orçamentalmente previsto (nas atuais estratégias de SAN) e as reais capacidades existentes, procurando-se soluções faseadas para a sua evolução etc. e ao nível regional Reforço da capacidade dos mecanismos de facilitação da participação da sociedade civil e universidades; o Troca de experiências e ações para mobilizar os demais atores participantes no CONSAN (poder local e parlamentares) visando a consolidação dos seus mecanismos de participação; o Mecanismos que assegurem a permanente ligação entre a implementação da ESAN – CPLP e as discussões e decisões sobre a reforma global da governança da SAN. (FAO,2013. p.18-19).

As conexões internacionais guiadas por diferentes Ministérios dos países da CPLP, que atuam em nível nacional, regional e local tem como meta principal diminuir a insegurança alimentar e nutricional e na realização de atividades “progressiva do direito humano à alimentação adequada num quadro de crescente soberania alimentar. A evolução do conceito de segurança alimentar e nutricional e as contribuições do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar ajudam a visualizar conceptualmente este objetivo”. (CPLP, 2011, p.17)

Com relação às outras redes internacionais onde a rede de soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN-GB) faz parte, tendo como exemplo, membro da rede de soberania e segurança alimentar e nutricional nos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (RESSAN-PALOP) “é um espaço de articulação de organizações multitemáticas da sociedade civil que trabalham em rede para fortalecer o diálogo com os Governos e organismos internacionais no sentido de influenciar a agenda política para a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no espaço lusófono” (ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO, 2012, p.2).



Fonte: ANDREICA e MANOLE [2015]

RESSAN-PALOP desenvolve atividades em redes, principalmente nos planos estratégicos comum e ajuda através da ligação com as organizações dos Países africanos, na organização dos estudos conjuntos, através das ideias partilhadas junto com as organizações desses países que ajuda no desenvolvimento na área de segurança alimentar. “A articulação em rede pode criar maiores oportunidades no acesso a recursos, nomeadamente no plano internacional, se os vários países formularem projetos e propostas que motivem doadores e financiadores a apostar nas suas capacidades” (PINTO, 2008, p. 38).

A RESSAN-PALOP apresentam grandes avanços na área de segurança alimentar e nutricional através de análise realizada em diferentes países que fazem parte do PALOP, baseado nos temas da segurança alimentar e nutricional, com o direito das pessoas, alimentação e soberania alimentar, facilitando na formação de capacitação da sociedade civil para construção das atividades numerosas entre setores, bairros e ajudando nas atividades:

Maior capacidade de diálogo político, lobby e advocacy a nível nacional (nomeadamente junto dos governos) e regional/internacional (nomeadamente junto da CPLP, União Europeia e Agências das Nações Unidas), incluindo a participação no processo de formulação da estratégia de SAN da CPLP e discussões ao nível do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS) (ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO, 2012, p. 31).

Vemos assim como essas redes se articulam e buscam fortalecimento em termos de parceiras que facilitam nas atividades desenvolvidas em diferentes organizações da sociedade civil, nos países de CPLP assim como nos países dos PALOP.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é de suma importância, pois trata-se da Guiné Bissau um país com muitas riquezas naturais e com grande capacidade de produção de alimentos se for bem administrada. um país rico em diversidade cultural, terra virgem para ser explorado com diferentes técnicas de produção dos alimentos em oito (8) regiões do país, são formas de cultivar extraordinário que precisa ser conservado e promover essa técnica nas regiões através da parceria das organizações da sociedade civil em cada local.

É preciso fortalecer mais a ligação com as organizações da sociedade civil local e redes transnacionais com base de intercâmbio com os pequenos agricultores das comunidades rural e urbanos, tanto com as comunidades dos países de língua portuguesa (CPLP), assim como países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Os grandes desafios enfrentados pela organizações da sociedade civil são baseados no fortalecimento das formas de trocas do conhecimento e experiências nos trabalhos do conhecimento desses países, assim como na busca de estratégias como as outras redes com conhecimento na área devido às experiências que vai servir como o modelo ou guia no seu crescimento.

Apesar da chegada das redes nacionais no país, foi observado que ainda não há um maior envolvimento das redes e do poder governamental para que haja uma autonomia do país no que tange a alimentação. Os maiores desafios que o país enfrenta no âmbito da segurança alimentar hoje é a pouca produção de alimentos como o arroz, que é fundamental na alimentação das famílias guineenses, logo não há uma conjuntura que assegure a alimentação do povo até as próximas safras, ou seja, precisasse que haja maior produção para garantir a soberania do país sem a necessidade de exportar.

Para que isso seja possível é necessário que haja mais terra para cultivo e mais produtores, além de valorizar a agricultura familiar pois sem eles o problema seria maior, já que estes são os maiores responsáveis da alimentação das pessoas da zona rural. Além da produção de alimentos, deveria haver uma valorização da agricultura familiar, grande parte dos alimentos vendidos em supermercados são exportados da China, sendo que há pequenos produtores locais que também produzem e que poderiam revender os seus produtos para abastecer os supermercados da zona urbana.

Então a Guiné Bissau produzindo e valorizando mais a sua cultura local nutricional estaria também contribuindo para o crescimento econômico e prevenindo a exportação e política de compras com países externos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. Sociologias, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ACÇÕES COMUNITÁRIAS TERRITORIAIS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA (UE-ACTIVA). Diagnóstico de Bafatá: Diagnóstico de Atores, Projetos de Desenvolvimento/Investimento e Infraestruturas, Equipamentos e Serviços. Bissau, 2016.
- ACÇÕES COMUNITÁRIAS TERRITORIAIS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA (UE-ACTIVA). Diagnóstico de Quinara: Diagnóstico de Atores, Projetos de Desenvolvimento/Investimento e Infraestruturas, Equipamentos e Serviços. Bissau, 2016.
- ACÇÕES COMUNITÁRIAS TERRITORIAIS INTEGRADAS DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA (UE-ACTIVA). Diagnóstico de Tombali: Diagnóstico de Atores, Projetos de Desenvolvimento/Investimento e Infraestruturas, Equipamentos e Serviços. Bissau, 2016.
- ANDREICA, Alina; MANOLE, Veronica. Online political discourse in portuguese speaking Africa. Disponível em: < <https://slideplayer.com.br/slide/5958372/> >. Acesso em : 19 Ago 2019.
- ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO. Mobilização Social para a Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de trabalho em redes multi-temáticas da REDSAN-PALOP. Coimbra: 2012.
- BARROS, Miguel. A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas. UE-PAANE. Edições Corubal. 1ª Edição: Outubro de, 2014.
- CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. In: CONFERÊNCIA GERAL DE CODESRIA. 2008.
- CPLP: Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP, Parte I ENQUADRAMENTO. 2011
- DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. Foro mundial pela soberania alimentar, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em: 16 Ago 2019.
- Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> Acesso em: 10.jun.2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NASÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm> . Acesso em: 16 Ago 2019.
- FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Editora Record, 1997.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno “Segurança Alimentar”. Paris: Fhp, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Plano de desenvolvimento agrícola regional de Bafatá. Direcção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Bafata, 2017.

MOVIMENTO INTERNACIONAL DOS CAMPONESES. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/> . Acesso em: 16 Ago 2019.

NASCIMENTO, Bruno Ramos et al. Epidemiologia das doenças cardiovasculares em países de Língua Portuguesa: dados do " Global Burden of Disease", 1990 a 2016. Arq Bras Cardiol, v. 110, n. 6, p. 500-511, 2018.

PINTO, João N. Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP: Desafios da Articulação em Rede. Rio de Janeiro: IFSN. Working Paper, v. 1, 2008.

REDE DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA COMUNIDADE DE PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://www.redsan-cplp.org/>. Acesso em: 17 Ago 2019.

RESSAN-GB, Estatuto da rede da sociedade civil para a soberania e segurança alimentar e nutricional da Guiné Bissau. Bissau: 2013

RESSAN-GB, Plano estratégico 2016/2020, Bissau, 2016.

SARMENTO, Francisco. Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP. Síntese. Documento de trabalho FAO, 2013.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. Brasília, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2–A pesquisa científica. Métodos de pesquisa, v. 1, 2009.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 136 p. ISBN 9788524917165 (broch.).

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico. SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, v. 3, 2008.